

CLIPPING IMPRESSO

30/09/2019

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CONVÊNIOS.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. PROCESSO SELETIVO.....	3 - 5
2.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	6

POTENCIAL

MA adere ao projeto Mulheres Livres e pode beneficiar 80 gestantes ou mães de crianças na primeira infância

O Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), junto com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) assinaram, nesta sexta-feira (27), na sede do TJMA, no centro de São Luís, Termo de Compromisso para implantar, no Maranhão, o projeto Mulhe-

res Livres.

A ação pode beneficiar, até o fim do ano, cerca de 80 mulheres presas com a prisão domiciliar somente na capital maranhense. Os dados são da Unidade Prisional de Ressocialização Feminina de São Luís (UPFEM), por meio do Serviço Social, juntamente com o setor jurídico da unidade.

Página 4



Representantes da SEAP, TJ e Depen assinam termo de compromisso

Projeto Mulheres Livres para beneficiar do Maranhão

O Governo do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), junto com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) assinaram, nesta sexta-feira (27), na sede do TJMA, no centro de São Luís, Termo de Compromisso para implantar, no Maranhão, o projeto Mulheres Livres.

A ação pode beneficiar, até o fim do ano, cerca de 80 mulheres presas com a prisão domiciliar somente na capital maranhense. Os dados são da Unidade Prisional de Ressocialização Feminina de São Luís (UP-FEM), por meio do Serviço Social, juntamente com o setor jurídico da unidade.

O benefício é concedido a mulheres que cumprem pena no regime fechado e semiaberto, e que estejam gestantes ou são mães de crianças na primeira infância. O programa Mulheres Livres, criado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, busca identificar a situação jurídica e social das mulheres privadas de liberdade, principalmente daquelas que são mães de crianças na primeira infância, pois estas dependem economicamente da família.

"A ideia é que beneficie todas as mulheres que tenham esse perfil. Nós temos que diminuir os índices de reincidência no Brasil e para isso temos que gerar um acompanhamento maior do preso durante



Representantes da SEAP, TJ e Depen assinam termo de compromisso

o cumprimento da pena e depois que sair do sistema prisional, isso é uma política que vai gerar mais vagas porque evita que a pessoa que sai acabe voltando", destaca o diretor geral do Departamento Penitenciário Nacional, Fabiano Bordignon.

Outro objetivo do programa é a inclusão na proteção social da mulher egressa do sistema prisional, garantindo que ela tenha sua inclusão no mercado de trabalho e, portanto, obtenha uma renda digna para sustento próprio e também da criança.

A proposta é oferecer assistência jurídica e treinamento profissional para que essas mulheres se tornem economicamente independentes. Em São Luís, 203 mulheres apenas de um total de cerca de 400 custodiadas no sistema prisional do Maranhão, estão inseridas em alguma

ocupação de trabalho.

"Para entender e lidar com a condição dessas mulheres é necessário considerar as pessoas que delas dependem. O encarceramento das mães gera impacto nas famílias e comunidades em que vivem. Importante é que elas tenham a oportunidade de, voltando a liberdade, terem emprego e ocupação útil, sendo reinseridas no mercado de trabalho", pontua o secretário Murilo Andrade.

Com o levantamento realizado pelo Depen, órgão ligado ao Ministério da Justiça, e a SEAP, será verificada a situação processual de cada interna, por meio da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), para encaminhamento a rede de proteção social.

"A Defensoria Pública não só se preocupa com o atendimento jurídico, analisando os processos judiciais das internas, mas

também com a ressocialização, com o ingresso dessa mulher no mercado de trabalho e uma forma bem concreta de ilustrar isso são as parcerias com esse foco", afirma o defensor público geral, Alberto Bastos.

Dependendo da vulnerabilidade, a custodiada e sua família poderão ser encaminhada para regularizar documentação básica, participar de cursos de qualificação profissional, inclusão a oportunidades de trabalho, acesso a serviços de cuidado e acolhimento as dependentes de drogas, manutenção e fortalecimento do vínculo familiar, assistência religiosa, dentre outros.

O programa Mulheres Livres se divide em quatro fases. A primeira coleta dados sobre o processo criminal; a segunda avalia a situação de cada uma das presas; a terceira julga e concede liberdade; e a quarta fase oferece assistência social e capacitação para que as egressas consigam chegar ao mercado de trabalho.

Visita

Após a assinatura do Termo, o secretário Murilo Andrade e o diretor geral do Depen, Fabiano Bordignon, visitaram as dependências do Complexo Penitenciário São Luís. Lá, Bordignon conheceu algumas ações desenvolvida pela SEAP em prol da pessoa presa como os galpões onde funcionam oficinas de ressocialização e a fábrica de blocos.

Tribunal de Justiça

Milhares fazem as provas do concurso público

Certame ocorreu ontem em São Luís, Caxias e Imperatriz e reuniu milhares de candidatos, que concorrem a 63 vagas e formação de cadastro de reserva. **GERAL 6**

Tranquilidade marca provas do concurso do Tribunal de Justiça

Certame ocorreu ontem em São Luís, Caxias e Imperatriz e reuniu milhares de candidatos, que estão concorrendo a 63 vagas e formação de cadastro de reserva para cargos de Técnico Judiciário, Analista Judiciário e Oficial de Justiça

Milhares de pessoas participaram ontem das provas do concurso para o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), realizadas pela Fundação Carlos Chagas. Segundo a organização, foram inscritos na capital 28.359 candidatos; 8.706 em Caxias; e 9.007 em Imperatriz, locais de realização das provas. Somente no turno da manhã, 5.388 (19%) não compareceram às provas na capital. Em Caxias, faltaram 2.054 (23,59%) candidatos e em Imperatriz, se ausentaram do certame 1.762 (19,56%).

Estão sendo oferecidas 63 vagas e formação de cadastro de reserva em nível médio e superior para cargos de Analista Judiciário (Analista de Sistemas – Desenvolvimento, Analista de Sistemas – Suporte e Rede, Engenheiro Mecânico, Direito, Assistente Social, Psicólogo e Psiquiatra), Oficial de Justiça, Técnico Judiciário (Apoio Técnico Administrativo, Técnico em Informática – Hardware, Técnico em Informática – Software, Técnico em Contabilidade e Técnico em Edificações). Pela manhã fizeram provas os candidatos às vagas de Técnico Ju-

diciário e, pela tarde, para Analista Judiciário e Oficial de Justiça. Para todos os cargos e especialidades, foram aplicadas provas objetivas e discursivas e haverá ainda avaliação de títulos. Para este último, os candidatos inscritos ficarão convocados a enviarem os títulos e os respectivos documentos comprobatórios, conforme edital, no período de 9 a 11 e outubro. Somente serão avaliados os títulos dos candidatos habilitados na prova discursiva – estudo de caso e na prova discursiva – redação.

De acordo com o cronograma que consta no edital do concurso, a divulgação do gabarito e das questões das provas objetivas ocorrerá nesta segunda-feira, 30. A publicação do edital de resultado preliminar das provas objetivas e discursivas está prevista para o dia 14 de novembro e a publicação do edital de resultado das provas objetivas e discursivas após análise de recursos e resultado preliminar dos títulos está marcada, para o dia 6 de janeiro de 2020. Dia 28 de janeiro de 2020 será a publicação do edital de resultado dos títulos após análise de recursos e convocação para avalia-

ção dos candidatos às vagas reservadas.

Oportunidade

Em São Luís, prédios de escolas e faculdades foram utilizadas para a aplicação do certame. “Me preparei bastante, com antecedência e estou bem confiante de que tudo vai dar certo. Espero um bom resultado”, disse Tereza Lustrosa, que acordou cedo para chegar ao local de prova com tranquilidade.

Quem também se apressou a fim de não perder a hora, foi a acadêmica de Direito da Universidade Estadual do Maranhão, Ana Carla Araújo. “Estou fazendo o concurso para testar meus conhecimentos aprendidos na universidade e também para iniciar uma rotina de estudos para concursos. Espero um bom resultado nestas provas mas sei que a concorrência está muito grande”, ponderou.

O concurso é visto por muitos como uma oportunidade para sair do desemprego. “Estou desempregada há um ano e neste tempo aproveitei para voltar a estudar para concurso pois sempre quis ser funcionária pública”, contou Wellia Graça Sousa. ●

MAIS

Vencimentos

Das 65.221 inscrições para o concurso do TJ-MA, 13.560 candidatos se declararam negros e 812 deficientes. Os vencimentos iniciais dos cargos são de R\$ 8.230,35 para analista judiciário; R\$ 6.883,85 para oficial de justiça,

R\$ 3.927,72 para técnico judiciário. Além desse valor, os servidores do Judiciário do Maranhão têm direito ao auxílio-alimentação, atualmente no valor R\$ 885,00, sem prejuízo das vantagens asseguradas pelo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Biné Moraes



Candidatos à espera da abertura dos portões de uma faculdade particular em São Luís, onde também foram aplicadas provas do concurso



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 66/2019

Processo nº 30936/2019

Objeto: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de treinamento do software de gerenciamento de infraestrutura de redes Cisco Prime Infrastructure; **Aber-**

tura: 11/10/2019 às 09:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br;

Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA.

CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br; **Fone:** (98) 3261-6181/6194.

São Luís/MA, 26 de setembro de 2019. Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira TJMA (Uasg 925125).